SALÁRIO FAMÍLIA — SUSPENSÃO — RESTABELECIMENTO

— *Apresentados os documentos exigidos por lei e comprovadas as declarações feitas, o pagamento do salário-família deverá ser restabelecido e abranger todo o período compreendido entre a data da suspensão e a do restabelecimento.*

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

PROCESSO N.º 3.478-45

Eduardo Rodrigues Carneiro — Pedido de pagamento de salário-família.
— Parecer: No entender da D.F., a suspensão do salário-família, durante o período que vai do término do prazo estabelecido em lei, para apresentação dos documentos necessários à comprovação das declarações feitas, até a data em que esta apresentação se verifique, visa, apenas, a acautelar os interesses do Estado contra possíveis declarações que não possam ser comprovadas e já constitui, em si mesma, medida coercitiva de maneira a forçar o servidor a provar as alegações que fez, para poder receber o benefício.

2. Assim, uma vez apresentados os documentos devidos e comprovadas as declarações feitas, o pagamento do salário-família deverá ser restabelecido e abranger todo o período compreendido entre a data da suspensão e a do restabelecimento.

3. Com esse parecer, opina a D.F. por que seja o processo restituído ao Senhor Secretário Geral do Ministério da Guerra.

Em 3 de maio de 1945. — *Henrique Barbosa, D. D.*

Despacho: Aprovado. Em 5-5-45. — *Luiz Simões Lopes, Presidente.*

SALÁRIO-FAMÍLIA — REGISTRO TARDIO DO DEPENDENTE — ART. 16 DO DECRETO-LEI N.º 6.022, DE 1943

— O registro vale, apenas, como meio de comprovação. Uma vez efetuado, seja em que época o fôr, habilita o servidor à percepção do salário-família, a partir da época a que teria direito ao mesmo se o registro houvesse sido feito oportuno tempore.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

PROCESSO N.º 9.323-45

No anexo processo, o Senhor Secretário Geral do Ministério da Guerra consulta sobre a data, a partir da qual deverá ser concedido salário-família a servidor que, admitido a 1 de junho de 1944, somente agora apresentou declaração e comprovação de dependente, nascido a 8 de julho de 1938, mas, apenas, registrado em 10-3-45.

2. O assunto está regulado pelo Decreto-lei n.º 6.022, de 23-11-43, que dispõe no art. 16, *verbis*:

“O salário-família relativo a cada dependente será devido a partir do mês em que tiver ocorrido o fato ou o ato que lhe der origem, embora verificado no último dia do mês.

Parágrafo único. Quando o ato ou o fato tiver ocorrido antes de 1 de dezembro de 1943, será devido a partir dessa data”.

3. Para a boa inteligência deste dispositivo de lei, mister se faz que, preliminarmente, se esclareça o que deva ser entendido *por ato* e *por fato*, para o fim de que trata o texto citado.

4. *Fato* é o evento, o acontecimento, o sucesso e, como tal, só se pode entender, no caso, o nascimento de dependente.

5. Por *ato*, entretanto, hão de ficar compreendidos a posse do funcionário, a portaria de admissão do extranumerário, a escritura pública de adoção para os filhos adotivos, o casamento para os enteados, etc.

6. Em face do que ficou exposto, conclui-se que o salário-família será devido:

a) a partir do ato da posse do funcionário ou da vigência do ato de admissão do extranumerário em relação a todos os dependentes que o servidor possuir a essa época, ressalvado o disposto na alínea c;

b) a partir da data do fato, isto é, do nascimento do dependente ou do ato, isto é, do diploma legal, que conferir a alguém a qualidade de dependente, em relação aos dependentes que vier a ter o servidor depois de seu ingresso no serviço público, ressalvado, igualmente, o disposto na alínea c; e

c) em relação aos que já eram servidores públicos em 1-12-43:

I — A partir dessa data, para os dependentes que já possuía; e

II — A partir do fato ou ato, observado o esclarecido na alínea anterior, para os dependentes que tiver depois daquela data.

7. Assim, no caso concreto, o salário-família será devido ao servidor a partir da data do ato que o admitiu como extranumerário — 1-6-44 — em rela-

ção a todos os dependentes que possuía essa data, incluindo-se, entre êsses, portanto, a *filha nascida em 1938*, embora só agora registrada.

8. O registro vale, apenas, como meio de comprovação. Uma vez feito, qualquer que seja a época, habilita o servidor à percepção do salário-família, a partir da data do fato, que, se anterior a 1-12-43, determinará as soluções indicadas na alínea c, n.º 1, e na alínea a, ambas do item 6, conforme se trate de servidor público, ou não, àquela data.

9. E, com êsse parecer, opina a D. F. por que seja o processo restituído ao Senhor Secretário Geral do Ministério da Guerra.

D. F., em 26 de junho de 1945. — *Henrique Barbosa*, Diretor.

Aprovado. Em 27-6-45. — *Luiz Simões Lopes*, Presidente.